

“TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA”: MULHERES CAMPONESAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO FORMAIS NO BREJO PARAIBANO

Jadson Pereira Vieira¹

RESUMO

Os Territórios de Esperança são espaços discursivos proeminentes na formação política, construção de laços afetivos e educacionais das pessoas moradoras de comunidades rurais e/ou assentamentos de reforma agrária no Brasil. Este conceito teorizado pela geógrafa Emília Moreira e o economista Ivan Targino (2007) serve para a problemática que busco desenvolver neste artigo. O objetivo é trazer ao centro da narrativa as práticas pedagógicas não formais das mulheres líderes destes territórios. Penso a partir da História Oral de Vida com as discussões de Meihy (2007) e as práticas educativas não formais defendidas por Gohn (2010), assim como o conceito de Educação descrito por Freire (2023). Como aporte teórico adentro a problematização decolonial no campo da História, para isso concordo com os escritos de Santos (2022) com o conceito de decolonialidade e em Ortega (1999) e Ionta (2007) para pensarmos o conceito territórios de esperança e a sua relação com a política de inclusão das mulheres camponesas e as relações de gênero.

Palavras-chave: Territórios de Esperança, Mulheres Camponesas, Educação Não Formal.

INTRODUÇÃO

A dinâmica da vida camponesa segue caminhos próprios de sociabilidades, laços sociais e históricos que fazem destes espaços ambientes de aprendizado, formação política e libertação. Neste sentido, os Territórios de Esperança, conceito desenvolvido dentro da Geografia Agrária enfatiza a importância das dimensões sociais, históricas e culturais nas práticas agrícolas e na organização do espaço rural das classes trabalhadoras, se enquadra como categoria epistêmica válida para pensar a vida e o protagonismo de mulheres trabalhadoras rurais.

Sobre este conceito é pertinente evidenciar uma discussão do ponto de vista da História, pois a partir dele, pode-se articular relações de poder e sociabilidades que possibilitaram ao historiador uma análise do fortalecimento de laços afetivos e políticos entre os sujeitos ao longo do tempo. Tratamos aqui dos saberes de comunidade, que pertencem ao coletivo e que coletivamente são partilhados e fortalecidos pela oralidade.

¹ Graduado do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Mestre pelo Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba - PPGH/UFPB e Doutorando pelo Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGH/UFRN jadsonpv@email.com.

Os Territórios de Esperança se concentram não apenas na produção agrícola em si, mas também nos sistemas de significados, valores e relações sociais que moldam as práticas agrícolas e as comunidades rurais tradicionais, povos das águas, quilombolas, ciganos, indígenas e sem-terra. Eles são antes de tudo processos de fortalecimento de laços e de interesses políticos de grupos.

O Território de Esperança é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem-terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro (Moreira e Targino, 2007, p. 77).

Este conceito destaca que os territórios rurais não são apenas espaços físicos onde a agricultura é realizada, mas também são espaços de significado e identidade para as comunidades que ali habitam. Os Territórios de Esperança buscam evidenciar não apenas os desafios enfrentados pelas comunidades rurais, como a pobreza, a marginalização e a degradação ambiental, mas também as oportunidades e os recursos que podem ser mobilizados para promover o desenvolvimento sustentável, a agroecologia e a melhoria da qualidade de vida.

Para entender a construção simbólica do território, Moreira e Targino (2007) adentram ao que o Geógrafo Friedrich Ratzel teorizou no século XIX como território. Os autores concordam entre si, quando pensam que a concepção deste conceito, que serve ao primado da construção do Estado Nação.

Na Geografia, coube a Friedrich Ratzel, no final do século XIX, a primeira sistematização do conceito de território. Para ele, o território representa não só as condições de trabalho e de existência de um povo como também um dos elementos fundamentais da formação e da garantia de existência do Estado. Ele coloca no centro de suas análises a necessidade de domínio territorial pelo Estado e estabelece que as possibilidades de progresso ou a inviabilização de uma dada sociedade dependem dos limites e das potencialidades impostos pelas condições naturais (Moreira e Targino, 2007, p. 77).

Se o território serviu para construir o Estado, este último, por sua vez, não possibilitou que os sujeitos históricos vivessem em harmonia, impossibilitando por vezes o desenvolvimento de espaços respeito mútuo e cidadania. O que realmente aconteceu na modernidade foi o surgimento de grupos de pessoas excluídas do que se convencionou chamar

de “estado de direitos”. Esta margem sócio colonial dos sujeitos a Geografia conceituou de *Outsider*² (camponeses, negros, indígenas e mulheres, por exemplo).

O Estado que se diz moderno é sobretudo burguês, branco, patriarcal e eurocêntrico. Por tanto, todos que fogem a este enquadramento normativo são classificados como sujeitos a serem “normatizados” e “colonizados”. Esta colonização surge nos primeiros séculos da modernidade, Aníbal Quijano (2005), conceitua como uma imposição e desrespeito aos saberes e territorialidades dos sujeitos. Para o autor o sistema colonial forjou o modelo de Estado e colocou todos os que dele faziam parte em um mesmo sistema colonial, que adentrou além das questões econômicas próprias do período, indo para os campos culturais simbólicos e discursivos existentes.

Já que todo Estado Nação é uma estrutura de poder, isso implica que se trata de um poder que se configura nesse sentido. O processo começa sempre com um poder político central sobre um território e sua população, porque qualquer processo de nacionalização possível só pode ocorrer num espaço dado, ao longo de um prolongado período de tempo. Esse espaço precisa ser mais ou menos estável por um longo período. Consequentemente, precisa-se de um poder político estável e centralizado. Este espaço é, nesse sentido, necessariamente um espaço de dominação disputado e conquistado a outros rivais (Quijano, 2005, p. 130).

O poder político colonial criou estruturas de dominação que se edificaram na classificação eugênica de raça, e todas as reações humanas passaram a ser classificadas por esta denominação. Isso aconteceu no território das Américas e serviu de lastro para modelos exploratórios constituídos a partir de então.

A colonialidade do poder continua viva e atuando nas estruturas de dominação dos estados burgueses atuais, quando nos deparamos com situações de disputas. “[Ela] ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno (Quijano, 2005, p. 135)”.

Nessa perspectiva, as histórias das mulheres camponesas no Brejo paraibano, moradoras de assentamentos da Reforma Agrária, seguem dinâmicas que se aproximam da ideia de Território de Esperança como contraposição à colonialidade do poder. Elas são resistência no seu existir, são política no modo de atuar nas comunidades e são afeto na maneira como lidam com a empatia e a solidariedade.

² Em tradução literal do inglês seria o sujeito externo, forasteiro, estranho.

Elas produzem, de forma sustentável, os alimentos, com os recursos naturais que dispõem ao seu redor, com as práticas agrícolas tradicionais/ancestrais, com o incremento das técnicas sustentáveis da Agroecologia e os sistemas de conhecimento local, e, com elas, as redes sociais são mobilizadas para promover formas alternativas de desenvolvimento rural que sejam socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis.

Os saberes destas mulheres nos Territórios de Esperança são formas de superar os antigos territórios de exploração³ existentes na região e repetidores da chamada colonialidade do poder. Nestes espaços de empoderamento suas identidades são fortalecidas pelo ideal de pertencimento, o que faz com que busquem melhorias sociais.

CONHECENDO O BREJO PARAIBANO E SEUS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA

O Brejo Paraibano é uma microrregião localizada no estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil, conhecida por suas características ambientais, socioeconômicas, políticas e históricas peculiares na construção da história paraibana, esta região é formada pelos seguintes municípios: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria, além de outros que têm influência antrópica e política na região

Quanto ao clima, a região do Brejo paraibano possui características de clima tropical úmido, com temperaturas médias anuais que variam em torno de 20°C a 25°C. No entanto, devido à sua altitude e proximidade com o Planalto da Borborema, as temperaturas podem ser mais amenas do que em outras partes do estado. Em relação à altitude, o Brejo paraibano está localizado em uma área de transição entre o Planalto da Borborema e a Zona da Mata paraibana, com altitudes variadas, geralmente entre 200 e 800 metros acima do nível do mar. A média anual de chuvas na região varia entre 1.000 mm e 1.500 mm, contribuindo para a fertilidade do solo e para a diversidade da vegetação local.

Historicamente as boas condições climáticas, pluviométricas e fertilidade de solo fizeram desta região um espaço de disputas por terras, a economia foi e ainda é, baseada na agricultura, (cultivo de cana-de-açúcar, mandioca, milho e feijão).

A produção de a cana-de-açúcar remonta ao período colonial, com a chegada dos portugueses e a exploração das terras para a agricultura, expulsão dos povos indígenas da região e exploração da mão-de-obra escravizada das pessoas negras, isso fez com que ao longo do século XX, o Brejo paraibano fosse palco de diversos movimentos sociais que surgiram em

³ Aqueles criados pela colonialidade do poder.

contraposição o poder do Estado e da burguesia agrária da região, representada pelos usineiros e senhores de engenho.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária - INCRA, em 2019⁴ Foram reconhecidos cerca de 50 assentamentos na região do Brejo, com cerca de 2 mil famílias assentadas. Estes números representam a força da organização social destas pessoas que ao longo de décadas vem lutando pelos seus direitos. Nestes espaços, homens e mulheres se articulam politicamente para melhorar sua qualidade de vida e é neles que as mulheres protagonizam suas ações políticas.

As lutas pela terra, reforma agrária e por direitos trabalhistas dos canavieiros⁵ que refletem as desigualdades socioeconômicas presentes na região, sendo consequência das estruturas coloniais presentes mesmo em dias atuais, Quijano (2002). As mulheres foram e são presentes nestas lutas, cabe destacar, por exemplo, Margarida Maria Alves⁶ como uma das principais lideranças femininas da região. A luta de todas contra as opressões capitalistas representadas no poder dos usineiros e do próprio Estado são exemplos de uma contraposição à chamada colonialidade do poder.

A relação entre o capitalismo como estrutura global de controle do trabalho e sua organização em espaços particulares de dominação, bem como a organização de estruturas específicas de autoridade coletiva nesses espaços, ainda é uma questão aberta. Em geral, em todo padrão de poder não são sempre claras, muito menos sistêmicas ou orgânicas, as relações entre a dominação e a exploração (Quijano, 2002, p. 10).

Margarida foi uma importante líder, defensora dos direitos trabalhistas dos canavieiros e das causas judiciais por terras na região. Hoje é lembrada como uma mártir da luta pela justiça social e como um exemplo de coragem e dedicação à causa dos trabalhadores rurais no Brasil. Sua vida e seu legado inspiraram mulheres camponesas e não camponesas em todo o país, e sua memória continua viva como um símbolo de resistência e esperança para aqueles que lutam por um mundo mais justo e igualitário.

⁴ Ver dados oficiais no site do INCRA. Disponível em < <https://www.gov.br/incra/pt-br/composicao/superintencias-regionais/paraiba> > Acesso em 29 de mai. 2024.

⁵ Trabalhadores e trabalhadoras do corte da cana-de-açúcar.

⁶ Ela nasceu em 9 de agosto de 1933, em Alagoa Grande, na Paraíba, e foi assassinada a mando de usineiros da região, na janela de sua casa, em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos de idade.

O legado de Margarida está vivo nas mulheres que lutam por participação política em todo o país, mas sobretudo nos Territórios de Esperança do próprio Brejo. Sua trajetória inspirou movimentos de mulheres, sejam eles contemporâneos a sua morte, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMB), ambas articulações políticas que buscavam promover a participação de mulheres nos espaços e poder, representação sindical e luta trabalhista e por reforma agrária.

Posteriormente, outros espaços de luta foram se consolidando dentro dos movimentos sociais do campo e também fora deles. A presença das simbologias da luta de Margarida estão vivas na mística do Movimento Sem Terra, nos movimentos por reforma agrária, agroecológicos e nos territórios de Esperança Brejo. As “Marchas das Margaridas”⁷ e “Pela Vida das Mulheres de Agroecologia”⁸ nos mostram como este sentimento de esperança é presente nestas pessoas.

A historiadora Dayane Sobreira (2022) ao analisar a trajetória de mulheres participantes da Marcha das Margaridas, mulheres que em parte provém dos “Territórios de Esperança” e que usam o espaço da marcha que acontece a cada 4 anos para tornar visível suas pautas de luta e partilhar saberes provindos das relações sociais existentes nos seus espaços de atuação e vivência.

A Marcha das Margaridas é uma ampla ação de mulheres rurais que aglutina uma diversidade de experiências de resistência nos diferentes territórios: do campo, das águas, das florestas. Mulheres com diferentes rostos, mas com motivações próximas, mulheres atravessadas pelas opressões de gênero, classe, região, geração, raça. A partir da relação entre sindicalismo e feminismo, incide nas políticas públicas, pressionando os governos e exigindo respostas eficazes (Sobreira, 2022, p. 45).

As mulheres do Brejo, conforme afirma a autora, têm nesta marcha a oportunidade de mostrarem-se coletivamente para o mundo, é um grande espaço para visibilizar seus diversos movimentos, ao tempo que as fortalecem para a volta às comunidades carregadas de novos

⁷ Organizada desde o ano 2000, a Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É um grande momento de animação, capacitação e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta”. Disponível em: <https://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/> Acesso em: 21 de mai. 2024.

⁸ Marcha que ocorre anualmente no mês de março na região Polo Sindical da Borborema, ela tem dois grandes objetivos centrais: denunciar toda e qualquer forma de violência contra a mulher e dar visibilidade ao papel e à contribuição das camponesas na construção da agricultura familiar do território. Vários sindicatos do Brejo e movimento de mulheres participam formando um grupo aproximado de 5 mil mulheres participantes.

saberes e esperanças. Estas marchas de modo geral são elementos amplos que representam a visibilidade de um trabalho de base existente nas comunidades pautado por mulheres.

A AMIZADE COMO PRÁTICA EDUCATIVA DE MULHERES NOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA

As relações de amizade entre mulheres como um elemento para a análise histórica no processo de empoderamento político e conquista de direitos sociais nos Territórios de Esperança do Brejo é algo central para entender as relações nesses espaços. O que entende-se sobre isso é que estas sociabilidades são fundamentadas na solidariedade e no apoio mútuo e servem de base para a ação coletiva e a mobilização social.

O estudo com a História Oral nos possibilita dialogar melhor com estas relações de amizade, pois possibilita uma construção documental da narrativa histórica. Meihy (2007), por exemplo, aponta os relatos orais como ponto de partida para que ideias sejam articuladas e registradas e posteriormente utilizadas para análise em processo metodológico ou mesmo teórico de escrita.

Fonte oral é mais que história oral. Fonte oral é o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana. Entrevistas esporádicas feitas sem propósito explícito, gravações de músicas, absolutamente tudo que é gravado e preservado se constitui em documento oral. Entrevista, porém, é uma história oral em sentido estrito (Meihy, 2007, p. 13).

Os relatos orais são necessários para análise de informações que são muito caras à História: conhecimentos que pertencem muitas vezes àqueles sujeitos que a história ocidental, dita oficial (branca e eurocêntrica), não nos passou. O desafio do historiador é escrever sobre pessoas que estão às margens destas metas narrativas, falar sobre ações e sujeitos que contrapõem a colonialidade do poder.

Neste sentido, as mulheres líderes camponesas em seus territórios surgem como protagonistas de uma história possível, suas relações sociais de amizade passam a ser vista como elemento de problematização histórica. Assim, as teorias de Francisco Ortega (2000) sobre a construção de subjetividades políticas e as análises de Marilda Ionta (2007) sobre os

movimentos sociais feministas no Brasil ajudam a problematizar esta temática “Nesse contexto, a amizade pode constituir uma forma de retraçar e reinventar o político. Ante uma sociedade que limita e prescreve as formas de relacionamento, a amizade seria a experimentação de novas formas de sociabilidade (Ortega, 2000, p.13)”.

A Amizade como fator político as mulheres segundo Ortega (1999) foi sendo negligenciada ao espaço privado em certo períodos da história, mas em suas análises sobre subjetividade e política deste conceito ele argumenta que as subjetividades femininas são formadas e transformadas por meio de interações sociais e experiências compartilhadas. Segundo ele, as amigas podem ser vistas como espaços de construção de subjetividades políticas, onde as mulheres desenvolvem consciência crítica e mobilizam-se para ações coletivas.

As relações de amizade entre mulheres assentadas têm desempenhado um papel fundamental na história dos movimentos sociais do campo e na conquista de direitos sociais coletivos. As relações de amizade entre Maria de Lourdes Souza (Quinca) e Francisca Paulina da Conceição Gonçalves podem ser exemplificadas como um elemento político de análise histórica. A relação entre estas duas lideranças camponesas não só as fortalecem individualmente, mas também catalisam ações coletivas e transformações sociais que ambas em suas comodidades realizam. A amizade tem importância como rede de apoio no contexto do empoderamento feminino e de luta e ensinamento para outras mulheres nos seus assentamentos.

Maria de Lourdes Souza (Quinca) é Professora aposentada, sem-terra, negra, moradora do assentamento Emanuel Joaquim em Areia/PB, membro do Fórum dos Assentados do Brejo, iniciou sua trajetória de lutas pelo direito à terra, no movimento do Engenho Geraldo (1975-1984), onde com outras mulheres promoveu a conquista e desapropriação daquele território e sua posterior reforma agrária para mais de 500 famílias. Hoje, continua ativa na luta por direitos dos Sem Terra, ajudando na formação de novas lideranças e sendo conselheira no movimento.

Francisca Paulina da Conceição Gonçalves, ex-canavieira, negra, assentada da reforma agrária, moradora do Assentamento São Francisco, Pilões–PB. Educadora Popular vinculada ao Serviço de Educação Popular - SEDUP em Guarabira–PB, além da vida e os trabalhos no assentamento, atua formando camponeses na região do Brejo, articulando grupo de mulheres e ajudando nas articulação e serviços sociais. Quinca descreve a amizade com Francisca da seguinte forma.

Para mim, Francisca é companheira de luta. De luta, mesmo. Temos um bom entendimento, uma boa sintonia na nossa amizade. Por vezes parece que pensamos igual sobre a luta e sobre os direitos das trabalhadoras. Eu a conheci na luta do movimento sem da terra de lá. Areia–PB em um dos movimentos organizados pelo SEDUP (Quinca, Areia–PB, 5 de ago. 2023).

A sintonia apresentada por Quinca é devolvida no relato de Francisca quando responde de forma instantânea ao elogio feito pela amiga, ambas estavam no mesmo momento da entrevista. “Acho que desde a fundação do fórum dos assentados, que a gente se conhece. Eram reuniões apenas mais que virou uma amizade e a gente gosta muito. E hoje a gente acha que talvez sejamos algo como almas gêmeas (risos) (Francisca Paulina, Areia/PB, 5 de ago. 2023)”.

A historiadora Marilda Ionta (2007) ao analisar a articulação política as amizade entre mulheres dentro e fora dos movimentos sociais no Brasil, enfatiza a importância das redes de solidariedade entre mulheres para a organização e mobilização feminista. Ela destaca que, historicamente, a amizade entre mulheres tem sido uma força motriz para a resistência contra a opressão e a luta por direitos. Neste sentido, sua reflexão parte da análise que “na modernidade, a amizade é uma instituição, não está codificada, ela inventa lugares de encontros e de convivência (Ionta, 2007, p.60).”

Se na modernidade a amizade passa a ser lugar de convivência, a relação entre estas duas camponesas articula bem a argumentação do caráter transgressor desta categoria. Traz ao debate histórico a importância destas trocas subjetivas como força para o caminho na luta pela terra e pelos direitos sociais das mulheres no campo.

Francisca é uma das coisas do mundo que eu amo, eu quero tanto bem, não sei como seria minha vida sem ela, pela ideologia, pelos pensamentos, porque ela é assim como eu sou. Digo sempre, se uma pessoa tiver a ideologia que eu tenho no meu coração, aquela pessoa já é mesmo que fosse minha irmã (Quinca, Areia–PB, 5 de ago. 2023).

Para Quinca a amizade entre elas oferece um espaço seguro para troca de experiências, apoio emocional, partilha ideológica e fortalecimento mútuo. Esse ambiente de solidariedade é importante para a construção de sua subjetividade, uma mulher idosa que continua a aprender com o contato com o outro e reconhece isso como ato de sabedoria.

Francisca Paulina vê em sua amiga a inspiração para a vida e para lutas, sua experiência nos movimentos, sua vivacidade e alegria ao encarar a liderança nos movimentos são formas de existir que precisam ser partilhadas. A amizade dessas mulheres é capaz de organizar e

mobilizar para ações coletivas. Essas ações não apenas desafiam estruturas de poder estabelecidas, mas também promovem mudanças sociais significativas nos territórios de esperança do Brejo Paraibano.

Elas são exemplos de uma História possível, que se caracteriza como decolonial, pois contraem as metas narrativas de capitalista ocidentalizante. Rompem a barreira do espaço privado, “destinado pelo machismo às mulheres” e adentram ao universo da vida pública como forma de participação política. Elas rompem com suas histórias e memórias o que Santos (2022) chama de colonialidade, suas vidas e amizade são antes de tudo transgressoras.

Os estudos descoloniais surgiram na América Latina nos anos de 1990, sendo que a independência política dos países latino-americanos teve lugar no início do século XIX. Essas correntes analíticas assumiram que o colonialismo havia terminado, dando lugar à colonialidade, um padrão global de interação social que herdou toda a corrosividade social e cultural do colonialismo (Santos, 2022, p. 18).

Quebrando a ideia de que a colonialidade é a ideia de que tudo o que difere da visão eurocêntrica do mundo é “ruim, inferior, marginal, irrelevante ou perigoso”. Quinca e Francisca constroem outra narrativa e possibilitam à História da América Latina, do Brasil e Paraíba outras possibilidades de reescrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história das lutas camponesas no Brejo Paraibano, as relações de amizade entre as mulheres foram elementos basilares para a organização de campanhas, protestos e movimentos. As reuniões em ambientes privados, como casas ou mesmo debaixo de árvores próximas aos eitos⁹ de cana-de-açúcar, permitiram que essas mulheres trocassem ideias e estratégias longe dos olhares críticos da sociedade patriarcal.

A Marcha das Margaridas e a Marcha pela Vida das Mulheres e Pela Agroecologia são exemplos de como as amigas e redes de solidariedade entre mulheres ajudam na mobilização política. Esta, que reúne milhares de mulheres, tem por objetivo a reivindicação de direitos trabalhistas e sociais, e é construída a partir de uma forte rede de apoio mútuo.

Estas e outras ações ajudam a quebrar as armadilhas patriarcal, do racismo e dos preconceitos de classe e possibilitam outras narrativas que quebrem a colonialidade do poder.

⁹ Nomenclatura popular que designa a plantação de cana de açúcar e o trabalho que o trabalhador canavieiro executa (Plantio, capina e colheita).

“A colonialidade é concebida como uma concepção racial abrangente da realidade social que permeia todos os domínios da vida econômica, social, política e cultural (Santos, 2022, p. 18)”.

As relações de amizade entre mulheres são mais do que laços pessoais; são elementos políticos poderosos que promovem o empoderamento e a conquista. A partir dos relatos de Quinca e Francisca Paulina compreendemos que essas amigas criam espaços de subjetividade política e solidariedade, importantes para a mobilização e a transformação social das mulheres.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 85ª. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

IONTA, Marilda. **As cores da amizade**: cartas de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **FETASE**. Disponível em: <https://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/> Acesso em: 21 de mai. 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA** Presidente Prudente-SP: Ano 10, nº. 10 pp. 72-93 Jan.-jun./2007.

ORTEGA, Francisco. **Para uma Política da amizade**: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Resumé Dumará, 2000.

_____. **Genealogias da Amizade**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

PARAÍBA. **INCRA**. 2020, atualizado em 2024 Disponível em < <https://www.gov.br/incra/pt-br/composicao/superintendencias-regionais/paraiba> > Acesso em 29 de mai. 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf > Acesso em: 23 de mai. 2024.

_____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**. 2002. Disponível em <
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192> > Acesso em: 23 de mai. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar**: abrindo a história do presente. Tradução de Luis Reyes Gil. Belo Horizonte: Boitempo, 2022.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. “**Olha Brasília está florida, estão chegando as decididas**”: experiências de um feminismo rural no Brasil a partir da Marcha das Margaridas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022. 217f..

SOUZA, Maria de Lourdes; GONÇALVES, Francisca Paulina da Conceição. **Entrevista coletiva** [05/ago/2023]. Entrevistador: Jadson Pereira Vieira, Areia/PB, 2023. 1 arquivo mp3 (duração 1h e 30m.).